13 JAN 2016

GAZETA DO POVO

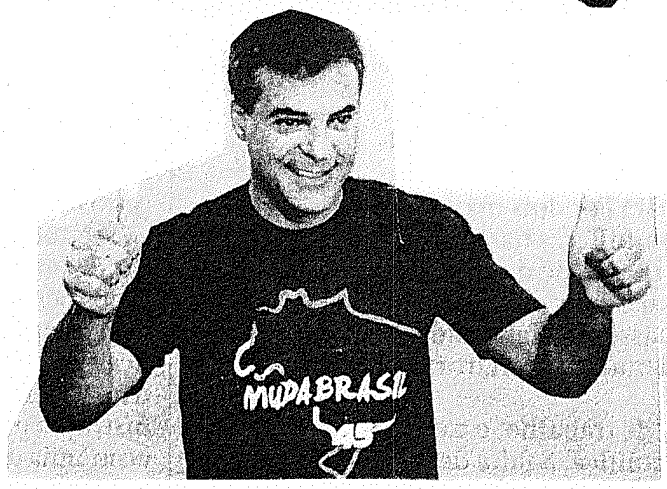
Delações ligam cúpula do estado a desvio de dinheiro de escolas

Depoimentos de envolvidas no caso "Quadro Negro" ao Gaeco citam governador, secretário, presidente da Alep, deputados e conselheiro do TC.

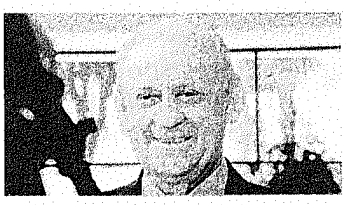
13 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Desvios na Educação teriam financiado reeleição de Richa, diz investigada



Richa na eleição de 2014: suspeita sobre a campanha do tucano foi parar na PGR, em Brasília.



Traiano, presidente da Alep.

Durval, conselheiro do TC.

Úrsulla, uma das depoentes.

Suspeitas de participarem de esquema de corrupção em obras de escolas citam ainda o envolvimento do presidente da Assembleia, de mais dois deputados, de conselheiro do TC e de irmão do governador

CONTINUA

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO
13 JAN 2016

Catarina Scortecci, Diego Ribeiro e Euclides Lucas Garcia

Depoimentos colhidos no âmbito da Operação Quadro Negro, que apura o desvio de quase R$ 20 milhões destinados a obras de escolas estaduais do Paraná, sugerem o envolvimento da alta cúpula da política do estado no esquema de corrupção.

Três investigadas citaram ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), como supostamente envolvidos, os nomes do governador Beto Richa (PSDB); do secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, o 'Pepe', irmão do governador; do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano (PSDB); do primeiro-secretário da Assembleia, Plauto Miró (DEM); e do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral. De acordo com os depoimentos, o suposto desvio de verba pública seria destinado a campanhas eleitorais.

Relato da assessora jurídica da construtora Valor, Úrsulla Andrea Ramos, menciona que os recursos desviados teriam sido repassados para a campanha de reeleição do governador Beto Richa, em 2014, e a outros três candidatos a deputado estadual. No depoimento, a advogada afirma que questionou o proprietário da empresa, Eduardo Lopes de Souza, sobre os valores supostamente desviados das obras. "Esse dinheiro não ficou comigo, esse dinheiro foi feito repasse pra campanha do governador Beto Richa e pra essas três campanhas [do filho do conselheiro Durval Amaral, o deputado estadual Tiago Amaral; de Traiano e de Plauto]. Foi o que ele me disse", afirma Ursulla.

No depoimento, a assessora da Valor ainda afirma que questionou o dono da empresa se ele teria provas do que estava dizendo. Segundo o relato de Úrsulla, Souza teria dito possuir gravações de todas as conversas em que tratou do assunto. A **Gazeta do Povo** não conseguiu apurar se o Gaeco teve acesso a essas supostas gravações.

Foro privilegiado

Devido ao foro privilegiado dos citados, os nomes foram levados pelo Gaeco ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, chefe máximo do Ministério Público do Paraná (MP), que é quem tem competência para pedir a abertura de uma investigação contra deputados estaduais (caso de Traiano e Plauto) e secretários de Estado, como Pepe Richa.

No caso de Beto Richa e de Durval Amaral, quem deve decidir pela abertura ou não de uma investigação é a Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. A PGR já foi notificada por Giacoia sobre a citação dos dois. Caberá ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, opinar se todos serão investigados pela PGR ou se o caso envolvendo os deputados estaduais e Pepe Richa será desmembrado e devolvido ao MP do Paraná.

ENTENDA O CASO

Escândalo envolvia pagamento por serviços não prestados

O escândalo de desvio de recursos públicos de obras de escolas veio à tona em meados do ano passado, quando se descobriu irregularidades em dez contratos firmados entre a Secretaria estadual da Educação (Seed) e a construtora Valor, no período de 2011 a 2014. Fiscais ligados à Seed confirmaram em depoimentos que, para liberar pagamentos à empresa, atestavam falsas medições na evolução das obras de construção ou de reforma dos colégios. Assim, apesar de as obras mal terem saído do papel, a empresa recebia os valores como se efetivamente tivesse prestado os serviços. As medições fictícias teriam sido feitas, ainda segundo os fiscais, a mando do então diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed, Maurício Fanini, exonerado após o escândalo vir à tona. Fanini nega a participação na fraude.
O dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza, Fanini e outras 13 pessoas foram denunciadas pelo Gaeco no último dia 30. Entre elas está o ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti, que é irmão da vice-governadora, Cida Borghetti (Pros).

CONTINUA

13 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governo afirma ter sido quem abriu a apuração; citados não falam

O governo do Paraná afirmou que todas as irregularidades que envolvem a construtora Valor foram descobertas por sistemas internos de controle do próprio Executivo estadual. Segundo texto enviado pelo governo, a sindicância para apurar o caso foi aberta pela própria Secretaria da Educação em maio de 2015.

"Desde o início, o governo vem tomando todas as medidas necessárias para apurar, punir desvios de conduta e recuperar recursos desviados. Os bens de todos os envolvidos foram bloqueados pela Justiça, a pedido da Procuradoria Geral do Estado. Todos os servidores públicos suspeitos foram demitidos ou exonerados de seus cargos", afirma a nota. Segundo a assessoria, o secretário de Infraestrutura, Pepe Richa, prefere não comentar a menção de seu nome no caso.

O PSDB do Paraná, responsável pela campanha de Richa, informou que não recebeu qualquer doação da Valor em 2014. O presidente da Assembleia e do PSDB do Paraná, Ademar Traiano, disse não conhecer as investigações. "Não tenho conhecimento nem informação nenhuma desse caso, porque ele está em segredo de Justiça. Só sei pela mídia o que está se passando. Portanto, não posso falar nada", disse.

O primeiro-secretário da Assembleia, deputado Plauto Miró (DEM), fez o mesmo comentário que Traiano. "Não tenho conhecimento, não sei do que se trata. Ouvi alguma coisa na mídia, mas não estou a par desse procedimento. Vou buscar informações sobe o assunto", afirmou.

Durval Amaral, ex-chefe da Casa Civil de Richa e conselheiro do Tribunal de Contas, foi procurado pelo celular, mas não retornou. O deputado estadual Tiago Amaral (PSB) estava com o celular desligado.

GAZETA DO POVO 13 JAN 2016

Cerveró cita Lula e Dilma em delação sobre BR Distribuidora

Em depoimento, ele disse que o ex-presidente sugeriu uma reunião com o senador Fernando Collor para tratar de interesses do parlamentar alagoano

Em seu acordo de delação premiada, o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró citou nominalmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff no âmbito das ações investigadas pela Operação Lava Jato.

Segundo ele, Lula sugeriu ao senador Fernando Collor (PTB-AL) que se reunisse com o comando da BR Distribuidora, uma subsidiária da Petrobras apontada pelos investigadores como "cota pessoal" do petebista. Esse encontro, de acordo com o delator, tratou de uma reivindicação de Collor: a "compra de grande quantidade de álcool, no valor de R$ 1 bilhão, de usinas de Alagoas". Na época da reunião, em meados de 2010, Cerveró era diretor financeiro e de serviços da BR Distribuidora.

Ele disse aos investigadores se tratar de uma compra de safra antecipada que, na prática, "se tratava de uma concessão de crédito às usinas". Collor teria explicado que, em 2010, uma grande enchente havia acometido Alagoas e causado muitos danos. De acordo com o ex-diretor, Collor chegou a levar o ex-presidente para "ver pessoalmente a situação de Alagoas, tendo Lula ficado chocado".

Na reunião, Collor apresentou João Lyra, político e usineiro em Alagoas, como "exemplo de usineiro alagoano altruísta", que estava ajudando na recuperação dos prejuízos causados pelas enchentes no estado. Cerveró afirmou, no entanto, que, após o encontro, procurou o ex-diretor de Operações da BR Distribuidora José Zonis para rechaçar a possibilidade do negócio, uma vez que seria proibida a compra de safra antecipada.

Dilma

Também na delação, Cerveró declarou que Collor lhe disse, em 2013, que Dilma havia garantido ao parlamentar que "estavam à disposição" dele, Collor, a presidência e todas as diretorias da BR Distribuidora. Em depoimento prestado no dia 7 de dezembro de 2015, o ex-diretor disse ter ouvido o relato de Collor sobre suposto encontro com Dilma durante uma reunião em Brasília, que teria ocorrido em setembro de 2013. Na ocasião, Cerveró estava empenhado em se manter no cargo de diretor Financeiro e Serviços da BR Distribuidora, que assumiu após deixar a área Internacional da estatal petrolífera.

Segundo o ex-diretor, Collor disse que não tinha interesse em mexer na presidência e nas diretorias da BR Distribuidora. Cerveró afirmou que "ironicamente agradeceu" a Collor por ter sido mantido na BR. "Nessa ocasião, o declarante percebeu que Fernando Collor realmente tinha o controle de toda a BR Distribuidora", diz trecho do depoimento de Cerveró.

OUTRO LADO

O Instituto Lula disse que não comenta "vazamentos ilegais, seletivos e parciais de supostas alegações sem provas". A assessoria do Planalto informou que não iria comentar o assunto. O senador Fernando Collor e João Lyra não foram encontrados.

GAZETA DO POVO
PARANAENSES NO SENADO
13 JAN 2016

Unidos por Fachin no STF; separados no caso Delcídio

Rogerio Waldrigues Galindo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin foi uma rara unanimidade entre os senadores paranaenses. Na sessão que decidiu pela aprovação de seu nome para compor a mais alta corte do país, todos os três paranaenses estiveram presentes e votaram do mesmo modo. Situação rara na bancada paranaense.

Em quatro outras votações que ocorreram durante 2015 selecionadas pela reportagem sobre assuntos importantes, houve desacordo entre os representantes do estado e ausências em plenário.

Um caso em que as divergências entre os senadores paranaenses ficaram explícitas foi o julgamento da prisão do líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS). Detido por atrapalhar as investigações da Lava Jato, Delcídio tinha o direito de ter a prisão analisada pelos senadores. Houve duas votações, e nas duas houve divergências entre os paranaenses.

Roberto Requião (PMDB) votou contra a possibilidade de a decisão ser feita por voto secreto. E, mais tarde, na votação (que realmente acabou sendo aberta), foi a favor da manutenção da prisão de Delcídio. A petista Gleisi Hoffman, correligionária de Delcídio, foi a favor do voto secreto e, depois, votou contra a prisão. Segundo ela, o regimento determinava voto secreto e a tramitação legal para a prisão não havia sido seguida.

O senador Alvaro Dias (PV) não esteve presente às votações, no dia 25 de novembro. Alvaro havia tido um problema de saúde: sofreu um corte nas costas em um acidente em um hotel e precisou se ausentar por ordens médicas. No entanto. Alvaro votaria junto com a oposição, pela manutenção da prisão de Delcídio.

O oposicionista Alvaro também provavelmente seria voto divergente em um caso em que Requião e Gleisi concordaram, o fim do financiamento eleitoral de campanhas. Em outra votação polêmica, que previa restrições para acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial — parte do ajuste fiscal promovido pela presidente Dilma Rousseff — Requião e Gleisi discordaram: ela foi a favor e ele, contra.

BANCADA DIVIDIDA

Veja como votaram os senadores paranaenses em alguns dos casos mais importantes de 2015:

✔ A favor ✘ Contra

	Alvaro Dias PV	Gleisi Hoffmann PT	Roberto Requião PMDB
Voto secreto na manutenção da prisão de Delcídio Amaral	Ausente	✔	✘
Manutenção da prisão de Delcídio Amaral	Ausente	✘	✔
Fim do financiamento empresarial de campanhas	Ausente	✔	✔
Aprovação de Edson Fachin para o STF	✔	✔	✔
Restrição a seguro-desemprego e abono salarial	Ausente	✔	✘

Fonte: Redação. **Infografia**: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO
13 JAN 2016

TANIA TAIT

Desafios para as mulheres em 2016

Mulheres, em todo o mundo, enfrentam desafios em seu cotidiano, tanto no campo profissional como pessoal, impostos por uma sociedade culturalmente machista.

No Brasil, a situação não se dá de forma contrária. Nossas mulheres sofrem por salários diferenciados menores do que dos homens, padecem de violência doméstica, feminicídio, assédio sexual, violência obstétrica, discriminação nos locais de trabalho e na política, dupla e tripla jornadas de trabalho, falta de divisão das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, entre outros problemas que fazem parte do dia-a-dia de tantas brasileiras.

Paralelo aos desafios cotidianos, especialmente em 2016, três grandes desafios são apresentados: realizar uma avaliação dos 10 anos de promulgação da Lei Maria da Penha, a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e as eleições municipais.

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, pelo então presidente Lula, retirou a violência doméstica do âmbito privado e a colocou como responsabilidade do setor público e da sociedade, punindo com mais rigor os agressores.

Entretanto, uma década depois, alguns empecilhos precisam ser resolvidos para aprimorar a aplicação da Lei. São eles: a carência de qualificação dos profissionais envolvidos (saúde, política, justiça) para lidar com as mulheres vítimas de violência; a não integração dos serviços estaduais e municipais de atendimento as mulheres (Delegacia da Mulher, Instituto Médico Legal — IML e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher — CRAM); o baixo número de Delegacias da Mulher; a falta de infraestrutura para as poucas Delegacias da Mulher existentes; a inexistência de Varas Judiciais da Mulher na maioria das cidades e a frouxidão na aplicação da Lei.

Com o tema "Mais Direitos, Poder e Participação para as mulheres", a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a ser realizada de 15 a 18 de março do corrente ano, em Brasília, reúne delegadas de todos os estados brasileiros e é a última etapa, após a realização das conferências estaduais e municipais.

A IV Conferência, por sua vez, torna-se um desafio na medida em que serão tratados temas ligados à vida das mulheres, tanto no cotidiano como na política, organizados nos eixos: (1) Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades; (2) Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal; (3) Sistema político com a participação das mulheres e igualdade; e (4) Sistema nacional de políticas para mulheres.

As propostas aprovadas na conferência poderão ser convertidas em projetos de lei, políticas públicas ou programas de governo, a partir das avaliações realizadas, dos avanços, desafios e recomendações em cada um dos eixos citados. Salienta-se que as mulheres delegadas nas conferências são oriundas da sociedade civil organizada e governamentais (municipais e estaduais). As delegadas da sociedade civil representam as organizações não governamentais de direitos das mulheres, mulheres negras, lésbicas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, educadoras, entre outras.

O terceiro desafio que se apresenta para as mulheres, são as eleições municipais. A despeito de termos uma presidente da República, eleita por dois mandatos, a presença das mulheres na política é ínfima, com a ocupação de menos de 10% das cadeiras em cargos eletivos (câmaras municipais, assembleias estaduais, câmara dos deputados, prefeituras e estados).

A dupla jornada de trabalho, o campo masculinizado da política, a falta de apoio familiar, o privilégio que partidos políticos dão aos candidatos homens e o desinteresse por uma política desgastada e corrupta estão entre alguns dos fatores que desmotivam a participação das mulheres do cenário político.

Por fim, o tema "Mais Direitos, Poder e Participação para as mulheres" da IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres engloba os desafios aqui tratados e conduzirá a presença das mulheres na política, ao empoderamento das mulheres, a liberdade e igualdade de oportunidades e aos avanços na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Tania Tait, Pós-doutoranda em História, professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá, e coordenadora da Ong Maria do Ingá-Direitos da Mulher.

13 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

ARMAMENTO DE VOLTA!

Denarc recupera 23 armas roubadas do Fórum de São José dos Pinhais em dezembro

Lucas Sarzi
lucas@tribunadoparana.com.br

Policiais da Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc) recuperaram 23 armas, que foram roubadas em dezembro do ano passado do Fórum de São José dos Pinhais. As armas, segundo a polícia, estavam com um rapaz, de 22 anos, que iria revendê-las para traficantes e assaltantes.

Segundo a delegada Camila Cecconello, os policiais chegaram até Mateus Camargo de Nogueira, depois de algumas informações de que ele estaria armazenando as armas para a venda. "Ele alugou uma casa em Pinhais, também na região metropolitana de Curitiba, e lá usava para guardar as armas", explicou a delegada.

O rapaz foi abordado enquanto saía dessa casa e encontraram as armas dentro de uma mochila. "Uma das armas estava até com a etiqueta do fórum, com número do inquérito policial".

Confissão

Questionado pelos policiais, Mateus teria dito que participou da ação no Fórum. Segundo ele, dois homens renderam o vigilante enquanto ele esperava num carro e depois os ajudou no transporte das armas. "Ele contou que dividiram as armas em três partes e disse que algumas delas, as mais velhas, foram jogadas em uma valeta, porque não serviriam", disse a delegada.

Mateus, segundo a Denarc, já tinha passagens por tráfico de drogas e por roubo. Ele foi autuado em flagrante por posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Investigação

A polícia busca saber ainda se ele vendeu alguma arma. "Ele diz que não, mas as nossas investigações apontam que sim, então vamos apurar", contou a delegada. Já as investigações sobre o roubo no Fórum, que aconteceu no dia 19 de dezembro, continuam. Isso porque os dois rapazes que teriam participado do roubo já são procurados pela Delegacia de São José dos Pinhais, que comanda o trabalho de investigação. Denúncias podem ser feitas pelo 3299-1500.

JORNAL DO ÔNIBUS

Armas roubadas do Fórum são recuperadas

Uma pessoa foi presa e 23 armas de fogo que foram roubadas do Fórum do município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foram recuperadas pela Polícia Civil, no final da tarde de segunda-feira (11). O crime aconteceu em dezembro do ano passado.

A ação foi realizada por policiais do Núcleo de Curitiba da Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc), que identificou e prendeu no bairro Vargem Grande, Mateus Camargo de Nogueira, 22 anos, um dos participantes do crime. ●

13 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Projeto dobra a pena por homicídio cometido por motoristas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode deliberar sobre o PLS 708/2015, que aumenta a pena para o crime de homicídio culposo cometido por motoristas que estejam embriagados ou disputando rachas. A condenação seria dobrada, passando para quatro a oito anos de detenção. O projeto é do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) e tem relatório do senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

O dispositivo alterado, que é o artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro, também prevê a suspensão da habilitação para dirigir. Além da embriaguez causada pela ingestão de álcool, entra na previsão do projeto a influência de outras substâncias psicoativas na condução do motorista acusado.

O relatório de Jader cita dados da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas (Abead), segundo os quais 61% dos acidentes de trânsito no Brasil são causados por condutores alcoolizados. Em relação aos rachas, o senador afirma que eles combinam dois fatores — excesso de velocidade e imprudência — que também colocam vidas em risco.

Originalmente, o projeto previa que o crime de homicídio culposo ao volante nos casos citados passaria a ser inafiançável. No entanto, isso foi retirado pelo relator, que disse entender essa determinação como inconstitucional.

"A conduta em análise é, em princípio, culposa, ou seja, não há a intenção de praticar o delito. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a inafiançabilidade não pode ser imposta a delitos de menor gravidade, uma vez que eles não podem ser equiparados aos delitos inafiançáveis por determinação constitucional (terrorismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes ou crimes hediondos)", explica Jader. Além disso, o relatório também lembra que o pagamento de fiança é adequado nesses casos porque o valor recolhido serve de indenização para as vítimas.

A CCJ ainda precisa definir uma data para colocar o projeto em pauta. A decisão da comissão será terminativa, o que significa que o projeto não precisará ir a Plenário — a menos que haja recurso de senadores para isso. ■

Moro justifica prisão

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, enviou ofícios ao Supremo Tribunal Federal (STF) informando os motivos que o levaram a decretar, por duas vezes, a prisão do dono da construtora Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e de outros dois executivos da empresa, Márcio Faria e Rogério Santos de Araújo.

Paraná Portal 13 JAN 2016

RUY BARROZORUY BARROZO

Publicado 12 de janeiro de 2016 às 11h45

Ramon de Medeiros Nogueira toma posse como desembargador

No final da tarde desta segunda-feira o novo desembargador do Tribunal de

CONTINUA

Justiça do Paraná, Ramon de Medeiros Nogueira, foi empossado.

Ele vai ocupar a vaga do quinto constitucional destinada à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos e contou com a presença do governador do Estado, Beto Richa, além de diversas outras autoridades.

"Consciente das minhas responsabilidades, tenho a certeza de que o desembargador que ascende ao Tribunal pelo Quinto Constitucional pode somar muito ao colegiado, dependerá dele", disse o novo desembargador ao tomar posse.

"E é exatamente isso que os 55 mil advogados do Paraná esperam: um

CONTINUA

magistrado imparcial, honesto e operoso", disse Nogueira.

"E esse compromisso eu assumo perante todos os senhores: serei um magistrado dos quais a minha classe poderá se orgulhar com a certeza de que chego a este Colegiado com a missão de contribuir", afirmou.

Para tomar posse, Nogueira foi conduzido ao plenário pelos desembargadores Ruy Cunha Sobrinho, Regina Helena Afonso de Oliveira Portes e Cleyton Coutinho de Camargo.

A toga foi entregue pelo presidente da Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR, juiz Frederico Mendes Junior aos familiares do empossando: a esposa Cristiane de Oliveira Azim Nogueira e as filhas Laura e Cecília, que a vestiram no novo desembargador.

CONTINUA

Durante a cerimônia, ao fazer uso da palavra, o presidente do TJPR falou sobre os princípios da legalidade, moralidade e amor ao próximo.

"O fundamental é olharmos o próximo sempre com dignidade e afeto, senão nada terá valor", disse o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Em seu discurso, ele enalteceu a importância da harmonia entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, ressaltando a autonomia e independência de cada um e o necessário respeito face aos dispositivos constitucionais.

"Como disse Montesquieu (filósofo francês), é fundamental fortalecer a harmonia entre os três poderes", citou.

Presenças

CONTINUA

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, como o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiano; o procurador geral do município, Joel de Macedo Soares Pereira Neto; o 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Renato Braga Bettega; o corregedor geral do TJ, desembargador Eugenio Achille Grandinetti; o 2º vice presidente do Tribunal, Fernando Wolff Bodziak, e o diretor geral do TJPR, José Alvacir Guimarães.

A cerimônia contou ainda com as presenças dos deputados estaduais Plauto Miró, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli; do presidente eleito do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen; a representante do Ministério Público, promotora de Justiça Samia Saad Gallotti Bonavides; o presidente

CONTINUA

do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargador Arnor Lima Neto; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Ivan Lelis Bonilha, e o presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, José Augusto Araújo de Noronha.

A solenidade de posse reuniu ainda diversos desembargadores, juízes, promotores, advogados, servidores e familiares.

13 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

'Publicanos' escapam da nova lei estadual

Sancionada em dezembro, norma somente terá efeito sobre auditores já denunciados à Justiça se surgirem "fatos novos" ligados a eles

Lei não é retroativa e punições, como suspensão de benefícios, não atingem os mais de 60 fiscais afastados

Edson Ferreira
Reportagem Local

Está em vigor no Paraná a lei que amplia a punição sobre os auditores fiscais da Receita Estadual acusados de corrupção, porém, sem alcançar aqueles já denunciados pela Operação Publicano, deflagrada há um ano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina. Apesar do escândalo no órgão de arrecadação, a nova legislação, que prevê, inclusive, a suspensão de benefícios nos vencimentos, somente terá efeito sobre os auditores já denunciados à Justiça se surgirem "fatos novos" ligados a eles.

Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) afirmou que a lei não é retroativa, portanto, punições como suspensão do prêmio e das cotas de produtividade devem alcançar os auditores fiscais se houver uma nova fase da Publicano – o que não é descartado pelo Ministério Público (MP). As primeiras audiências judiciais sobre o caso estão agendadas para o mês de fevereiro. Atualmente, mais de 60 fiscais estão afastados das funções, respondendo a procedimentos administrativos, mas continuam recebendo integralmente o salário de, na média, R$ 29 mil.

Apresentada pelo Executivo como uma resposta política à Operação Publicano, que atingiu a cúpula da Receita Estadual e o parente distante do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi Antoun, a lei complementar 192 de 2015 foi sancionada no final do ano passado pelo tucano e publicada no Diário Oficial no dia 23 de dezembro. O detalhamento sobre a aplicação da norma, de acordo com a assessoria da Sefa, poderia ser feito apenas pela Coordenadoria da Receita Estadual (CRE), cujos integrantes estavam em reunião ontem e não houve retorno. O governo tem até 120 dias para regulamentação.

Conforme a lei, "na hipótese de prisão por ordem legal" caberá ao secretário estadual da Fazenda a decisão sobre o afastamento do servidor. Segundo o líder do governo na AL, deputado estadual Luiz Claudio Romanelli (PMDB), uma das principais mudanças da lei que altera trechos de legislação de 2010, é "dar mais força e agilidade à Corregedoria da Receita". Na proposta original estava previsto o fim do Conselho Superior dos Auditores Fiscais (Csaf), porém, ele foi mantido, entretanto, sem a atribuição anterior de apurar denúncias contra os profissionais. Esta função passa para a Corregedoria.

Na época da apresentação do projeto à AL, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep) já havia se posicionado contra a maioria dos itens. Entre todos os denunciados pelo Ministério Público, apenas o auditor fiscal e delator do esquema, Luiz Antonio de Souza, continua preso em Londrina. Souza também é réu em ação criminal sobre exploração sexual de adolescentes.

FOLHA DE LONDRINA

Punição aos servidores públicos

13 JAN 2016

A Operação Publicano, desencadeada há um ano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, desbaratou um grandioso esquema de corrupção e arrecadação de propina montado por auditores da Receita Estadual e que funcionava há pelo menos duas décadas. Por meio da cobrança de propinas de empresários que estavam irregulares com o Fisco, os fiscais desviaram milhões dos cofres públicos de reais em benefício próprio.

No entanto, além das prisões efetuadas, a população esperava uma resposta mais contundente da cúpula da Receita Estadual. Além das prisões, é de extrema importância que servidores públicos envolvidos em atos ilícitos sejam punidos na esfera administrativa. De nada adianta o afastamento do trabalho se o agente continua a receber normalmente seus vencimentos que, aliás, estão muito acima dos recebidos pela maioria dos trabalhadores. É importante que a sociedade tenha uma resposta efetiva do poder público para casos de corrupção.

A atual crise vivenciada pelos brasileiros ultrapassou as esferas política e econômica e entrou no campo da ética. É momento de discussão de valores, de questionar comportamentos arraigados na cultura nacional e de não aceitar mais tão passivamente velhas atitudes dos detentores de mandatos públicos. E tudo isso tem que ser levado para a esfera administrativa. A sociedade brasileira tem que evoluir e, por isso, é importante que os gestores públicos participem desse movimento a partir de mudanças nas regras até então vigentes. Será um marco.

Servidores públicos devem ser tratados como qualquer outro tipo de trabalhador e devem ser sujeitos às mesmas sanções. A certeza de continuar a receber normalmente seus salários cria um sentimento de impunidade aos servidores enquanto a população fica a sensação de injustiça. Os dois não podem mais permanecer.

FOLHA DE LONDRINA
MILITÃO

13 JAN 2016

O jovem advogado criminalista Leonardo Vianna levantou várias opiniões a respeito da influência da mídia impressa, falada e televisada na pauta e nas agendas da Justiça, no que diz respeito ao noticiário sobre os crimes e a marginalidade em geral. Ele concluiu que isso acaba "pressionando o Poder Judiciário, até por representantes do MP, e indo de encontro àquilo que a mídia cobra, solicita, insiste". "E isso em detrimento de outras ações, processos que estão esperando há muito tempo para ser decididos", completa.

MAZZA

Recuperação

Já se criticou com muita razão a vulnerabilidade do Judiciário na guarda de armas evidenciadas em episódios aqui em Curitiba e mais recentemente em São José dos Pinhais. Pois neste caso pelo menos as 23 roubadas foram recapturadas e um dos prováveis culpados preso.

13 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITORIAL

JUSTIÇA QUE NÃO ANDA

Apesar de avanços, a Justiça brasileira continua sendo um sistema extremamente lento. Cidadãos das mais variadas classes sociais e faixas etárias esperam, muitas vezes, durante anos para que aconteça uma decisão judicial definitiva nos processos em que participam. Com essa situação, réus verdadeiramente culpados acabam ficando impunes por muito tempo, fazendo com que o sonho da justiça diminua no coração das vítimas. As três esferas do Poder deveriam acelerar uma reforma do Judiciário, colocando em prática medidas eficientes para extinguir a tão conhecida demora nos processos.

E as causas da lentidão judicial são muitas, vão desde questões processuais até a falta de pessoal. O excesso de ações judiciais e a ampla possibilidade de recursos estão entre os principais obstáculos. Além desses, pode-se citar ainda a falta servidores, de juízes e de infraestrutura, burocracia, informática deficitária e os orçamentos limitados. Complicações processuais e burocráticas e falhas no pagamento por parte dos devedores, da mesma forma, atrasam o sistema e precisam ser combatidos. Como se vê, os entraves são muitos e, por conta disso, o trabalho necessário para eliminá-los será enorme.

13 JAN 2016

BEMPARANÁ

Destaque

Legislação permite que conflitos sejam solucionados em cartório

Conflitos como cobrança de dívidas, brigas de trânsito, controvérsias familiares, danos ao consumidor e também problemas relacionados ao direito do trabalhador agora também podem ser solucionados com auxilio dos cartórios extrajudiciais, sem necessidade de intervenção da Justiça. A medida está prevista na Lei nº 13.140/2015, que entrou em vigor no dia 26 de dezembro.

Estimativas apontam que existem pelo menos 100 milhões de processos em tramitação no Judiciário para uma população com 200 milhões de habitantes, fator que pode ser amenizado com medidas de desjudicialização como essa, conforme lembra Rogério Bacellar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR)."Essa lei representa um grande avanço para toda a sociedade e para o Poder Judiciário, que mais uma vez pode contar com apoio dos cartórios para redução do tempo de tramitação dos processos, prestando, dessa forma, serviço mais célere ao cidadão envolvido em conflitos", destaca Rogério Bacellar.

Mesmo quem já entrou com processo na Justiça poderá optar pela mediação extrajudicial, desde que peça ao juiz a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio. As partes envolvidas podem ser assistidas por advogados e defensores públicos ou não.

Com o objetivo de oferecer capacitação aos futuros mediadores, a Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR) abrirá em breve as inscrições para a primeira turma do curso de "Mediação e Conciliação Extrajudicial".

O curso será desenvolvido em parceria com a Escola do Ministério da Justiça com a coordenação do Des. Roberto Bacellar e terá uma carga de 40 horas de teoria e 50 horas de aplicação prática. Mais informações no site www.anoreg.org.br.

13 JAN 2016

BEMPARANÁ

Parecer

Autor de parecer não pode ser responsabilizado por irregularidade em licitação, pois pareceres jurídicos têm caráter opinativo, e não vinculante. O entendimento é da Câmara Criminal do TJ do Rio Grande do Norte.

Agressão

A Lei Maria da Penha é aplicável no caso de agressão de pai contra filha. O entendimento é da 15ª Câmara de Direito Criminal do TJ de São Paulo.

Furto

Banco que oferece estacionamento a seus clientes, ainda que gratuito, responde por furto ocorrido no local. O entendimento é do desembargador federal Hélio Nogueira, da 1ª Turma do TRF da 3ª Região.

Férias

Obrigar empregado a vender 10 dias de férias é infração trabalhista, mas não gera dano moral. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

Obesidade

Professora de educação física com obesidade mórbida não pode ser reprovada na fase de avaliação médica de concurso público. A decisão é da 2ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo.

Cartórios

Funcionários de cartórios cíveis privatizados não são servidores públicos, portanto não têm direito ao vínculo empregatício com o estado. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

Responsabilidade

Colégio particular deve indenizar aluno agredido por colegas dentro da instituição de ensino. O entendimento é 9ª Câmara Cível do TJ de Minas Gerais.

Juiz

Por ser um conhecedor do direito, o juiz pode anular questão de concurso da área jurídica. O entendimento é da 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região.